

Governo quer reduzir necessidade de financiamento de sua dívida, para que sobre crédito ao setor privado. Só assim as empresas investirão no aumento da capacidade produtiva e criarão empregos

08 JUN 2003

30

ECONOMIA - BRASIL

Plano para crescer

CORREIO BRAZILIENSE

VICENTE NUNES
E ARNALDO GALVÃO

DA EQUIPE DO CORREIO

Os últimos números divulgados pelo Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (Ipea), apontando retração de 0,8% na produção nacional no segundo trimestre deste ano e crescimento de apenas 1,6% ao longo de 2003, acenderam o sinal amarelo no Palácio do Planalto. Se antes havia certeza de recuperação mais forte da economia ao longo do segundo semestre, garantindo um crescimento aceitável do Produto Interno Bruto (PIB) em 2004, hoje são muitas as dúvidas sobre a capacidade de recuperação da economia no ano que vem. E vários são os motivos para justificar as preocupações.

Do lado político, o governo está temeroso de que a manutenção do ritmo lento da economia multiplique o clima de insatisfação já observado dentro da própria administração Lula. Há, entre os assessores mais próximos do presidente da República, um sentimento de que o baixo crescimento econômico — que estimula o desemprego e derruba a renda dos trabalhadores —, se volte contra o PT e o governo, frustrando não apenas os projetos para as eleições municipais de 2004, mas também o desejo latente de reeleição de Lula à Presidência da República em 2006. Não há, segundo o Palácio do Planalto, popularidade que resista a números muitos altos de desemprego e achatamento salarial. Brasília e São Paulo, principais centros político e econômico do país, convivem com taxas recordes de desemprego.

Entre a equipe do ministro da Fazenda, Antônio Palocci Filho,

o discurso é claro: 2003 está morto. Agora, o objetivo principal é criar — e rapidamente — as condições para que um crescimento superior a 3% se materialize ao longo do segundo semestre. Na avaliação da equipe econômica, o governo precisa convencer urgentemente o empresariado a retirar do papel os planos de expansão industrial que foram engavetados nos últimos dois anos, sobretudo para viabilizar o processo de massificação do consumo pretendido pelo governo, ao dar crédito à população de baixa renda por meio dos bancos públicos.

Se boa parte desses investimentos não se materializar no segundo semestre, qualquer espirro de crescimento resultará

em grandes transtornos para o país, inclusive com a volta da inflação. O motivo: desde o início de 2001, corridos nove trimestres, em apenas um, no fim de 2002, os investimentos produtivos apresentaram saldo positivo. A história econômica mostra que não existe

PRODUÇÃO

Para a equipe econômica, 2003 está morto. O objetivo, agora, é criar condições para que um crescimento superior a

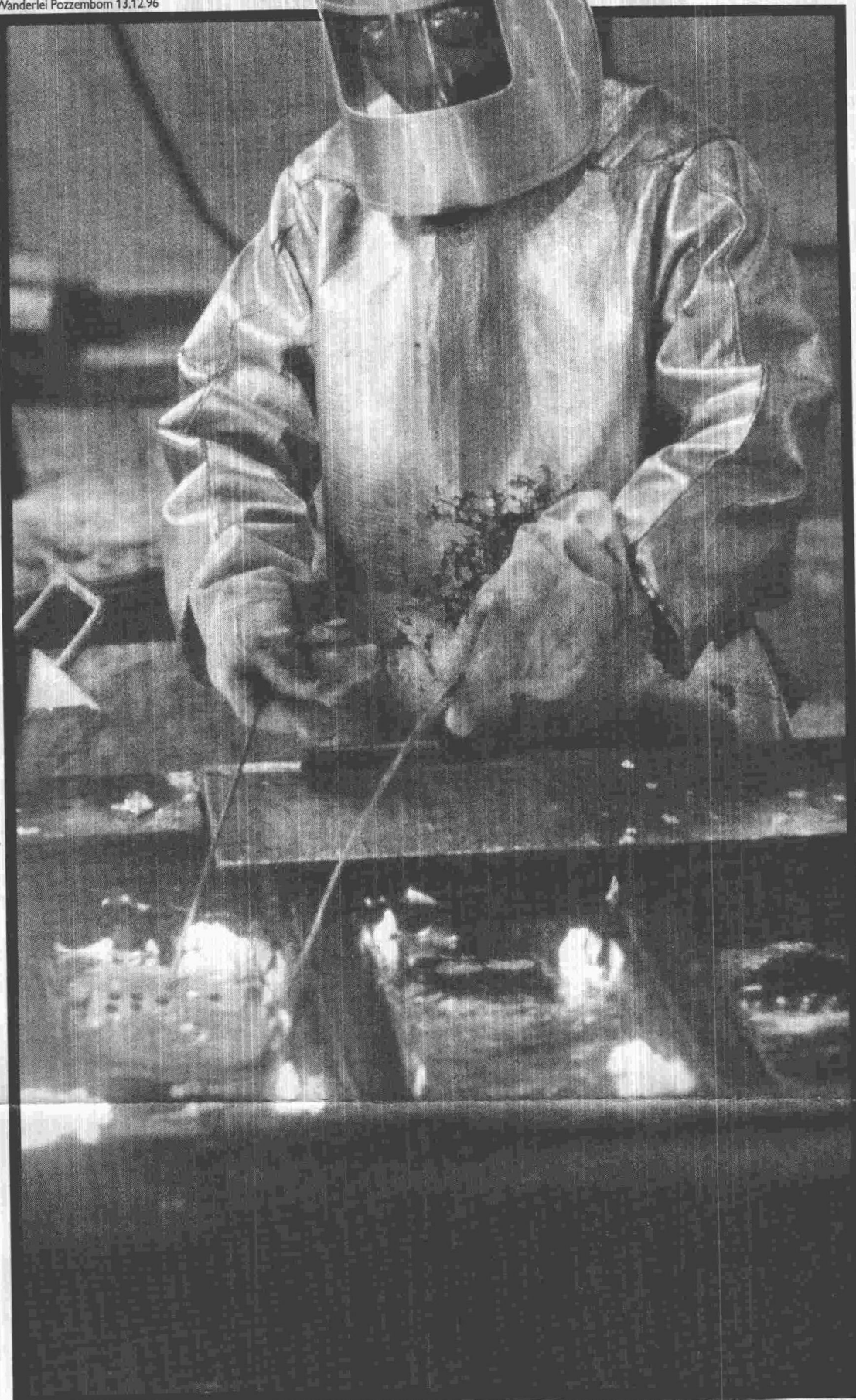
3%

do PIB se materialize ao longo do segundo semestre

crescimento sem investimentos, lembra um dos auxiliares mais próximos do ministro da Fazenda. "Já imaginou se, depois de todo o desgaste de aprovação das reformas, o crescimento não vier?", indaga ele.

Para o grupo liderado por Palocci, na questão macroeconômica, o governo está derrubando a inflação, reduzindo o risco-país — que mede a suposta possibilidade de o Brasil dar calote na dívida externa —, fazendo andar as reformas constitucionais e criando as condições para um ajuste fiscal sustentado. Ao seguir essa trilha, o governo sinaliza para os agentes econômicos um horizonte estável de longo prazo, que facilita os investimentos.

Wanderlei Pozzembom 13.12.96



O SETOR SIDERÚRGICO NÃO SUPORTARIA, HOJE, CRESCIMENTO SUPERIOR A 4% NO CONSUMO NACIONAL